



CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19

NIRE 353.0057653-5

ATA DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO, EM SÉRIE ÚNICA, DA 11ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.

Realizada em 26 de setembro de 2025

1. DATA, HORA E LOCAL:

Em 26 de setembro de 2025, às 10h00, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 e da Resolução CVM nº 81, de 23 de março de 2022, conforme aplicável, coordenada pela Canal Companhia de Securitização ("Emissora"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, com a dispensa de videoconferência em razão da presença dos Titulares dos CRA (conforme abaixo definido) representando 100% (cem por cento) dos CRA (conforme abaixo definido) em circulação.

2. CONVOCAÇÃO:

Dispensada a convocação, tendo em vista a presença dos titulares de 100% (cem por cento) dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Série Única, da 11ª emissão da Emissora ("Titulares dos CRA" e "CRA", respectivamente), nos termos da Cláusula 12.3 do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Série Única, da 11ª Emissão da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos por Petras de Lima Telles*", celebrado em 16 de janeiro de 2023, conforme aditado ("Termo de Securitização"), assim como regulamentação vigente.

3. PRESENÇA:

Presentes (i) os representantes dos Titulares dos CRA representando de 100% dos CRA em Circulação; (ii) os representantes da **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade por ações, com filial situada na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, sala 132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº



36.113.876/0004-34, na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário"); (iii) os representantes da Emissora; e (iv) GUIOMAR DE SOUZA, na qualidade de Emitente da CPR-F.

4. MESA:

Presidente: Guilherme Machado; e Secretário(a): Enrico Quaglio Evangelista.

5. ORDEM DO DIA:

Deliberar sobre:

- (i) Aprovar a concessão de waiver, de modo a não configurar hipótese de Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da Cláusula 7.2.2, item (ii), do Termo de Securitização, bem como da Cláusula 10.1.2, item (ii), da '*Cédula de Produto Rural Financeira nº 001/2022*' ("CPR-F"), em razão do descumprimento, pela Devedora, da obrigação não pecuniária consistente na entrega à Securitizadora do Primeiro e do Segundo Aditamento ao '*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóveis em Garantia e Outras Avenças*' ("Contrato de Alienação Fiduciária"), devidamente registrados perante o Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas de São Desidério/BA ("RGI Desidério"), conforme disposto nas Cláusulas 2.2.1 e 2.2.2 do Contrato de Alienação Fiduciária;
- (ii) Caso aprovado o item (i) acima, conceder prazo adicional de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogáveis por mais 45 (quarenta e cinco) em caso de exigência pelo RGI Desidério, contados da formalização da Assembleia, para que seja regularizada as referidas obrigações;
- (iii) Aprovar a concessão de waiver, a fim de afastar a caracterização de hipótese de Evento de Vencimento Antecipado Automático, nos termos da Cláusula 7.2.1, item (i), do Termo de Securitização, bem como da Cláusula 10.1.1, item (i), da CPR-F, em razão do inadimplemento, pela Devedora, da obrigação pecuniária relativa à recomposição do Fundo de Reserva, no valor de R\$ 1.148.158,57 (um milhão, cento e quarenta e oito mil, cento e cinquenta e oito reais e cinquenta e sete centavos);
- (iv) Caso aprovado o item (iii) acima, conceder prazo adicional até o dia 03 de outubro de 2025, para que o Fundo de Reserva seja recomposto;
- (v) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de afastar a caracterização de Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da Cláusula 7.2.2, item (ii), do Termo de Securitização, bem como da Cláusula 10.1.2, item (ii), da CPR-F, em razão do descumprimento, pela Devedora, da obrigação não pecuniária consistente na existência de ônus sobre os Imóveis, conforme estipulado na Cláusula 9.1, subitem (i), do Contrato de Alienação Fiduciária, conforme aditado, ressalvado que, no prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, será convocada nova Assembleia Especial dos Titulares de



Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Série Única, da 11ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Canal Companhia de Securitização, para deliberação específica sobre o referido tema, que permanece em fase de análise;

- (vi) Aprovar a alteração do Cronograma de Pagamento da Remuneração e da Amortização, constante do Anexo II da CPR-F, bem como dos Eventos Financeiros dos CRA, previstos no Anexo II do Termo de Securitização, passando a vigorar conforme o novo cronograma de pagamentos estabelecido no Anexo II desta Ata de Assembleia ("Novo Cronograma de Pagamentos").
- (vii) Caso aprovado o item "vi" acima, aprovar o pagamento de um prêmio aos Titulares dos CRA, em razão da prorrogação da PMT originalmente devida em 26 de setembro de 2025, prorrogada para o dia 7 de outubro de 2025, conforme referido item "vi" da ordem do dia, equivalente ao valor dos Encargos Moratórios que seriam devidos no período de 27 de setembro ao dia 07 de outubro de 2025, no valor de R\$ 90.719,32 (noventa mil, setecentos e dezenove reais e trinta e dois centavos), a ser pago no dia 7 de outubro de 2025, através do ambiente B3 S.A.; e
- (viii) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima.

6. DELIBERAÇÕES:

Após as discussões relativas às matérias acima, os Titulares de CRA, representando 100% (cem por cento) dos CRA em Circulação, sem voto em contrário ou abstenção, deliberaram pela aprovação integral dos itens descritos na Ordem do Dia.

Os termos em maiúsculas mencionados na presente ata têm o significado que lhes é dado nos Documentos da Operação.

Em virtude do exposto acima e independentemente de quaisquer outras disposições nos Documentos da Operação, os Titulares dos CRA, neste ato, eximem a Emissora e o Agente Fiduciário de qualquer responsabilidade em relação ao quanto deliberado nesta assembleia.

Os Titulares dos CRA foram questionados acerca de qualquer hipótese que poderia ser caracterizada como conflito de interesses em relação às matérias da Ordem do Dia e demais partes da operação, bem como entre partes relacionadas, conforme definição prevista na Resolução CVM nº 94/2022 – Pronunciamento Técnico CPC 05, bem como no art. 32 da



Resolução CVM 60/2021, no artigo 115 § 1º da Lei 6.404/76, e outras hipóteses previstas em lei, conforme aplicável, sendo informado por todos os presentes que tal hipótese inexistente

A Emissora atesta que a presente assembleia foi realizada atendendo a todos os requisitos, orientações e procedimentos, conforme determina a Resolução CVM nº 60.

Por fim, os presentes autorizam a Emissora a encaminhar à CVM a presente ata em forma sumária, com a omissão das qualificações e assinaturas dos Titulares dos CRA, sendo dispensada, neste ato, sua publicação em jornal de grande circulação.

A Securitizadora e o Agente Fiduciário informam que os Titulares dos CRA são integralmente responsáveis pela validade e efeitos dos atos realizados e das decisões tomadas por eles no âmbito da Assembleia, razão pela qual reitera que não é responsável por quaisquer despesas, custos ou danos que venha eventualmente incorrer em decorrência dos atos praticados nos termos desta Assembleia em estrita observação às decisões tomadas pela comunhão dos Titulares dos CRA. Assim, reforça que estes são responsáveis integralmente por quaisquer despesas, custos ou danos que a Securitizadora e o Agente Fiduciário, sem culpa grave ou dolo, venha a incorrer em razão desse processo decisório, exceto no que tange às obrigações decorrentes do Termo de Securitização e da legislação aplicável.

As Partes reconhecem a forma de assinatura desta ata por meios eletrônicos, digitais e informáticos como válida e eficaz, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação fora dos padrões ICP-BRASIL, conforme disposto pelo art. 10 da Medida Provisória no 2.200/2001 em vigor no Brasil.

7. ENCERRAMENTO:

Nada mais havendo a tratar, e como ninguém mais desejou fazer uso da palavra, a assembleia foi encerrada com a lavratura desta ata que, após lida e aprovada, foi por todos assinada de forma eletrônica.

São Paulo, 26 de setembro de 2025.

Mesa:

(Certifico que a presente ata é reprodução integral e fiel da ata original devidamente assinada pelas partes.)